

É possível transformar um problema numa solução?

JOSÉ REIS



O problema de Lisboa é o da sua Área Metropolitana. E a Área Metropolitana de Lisboa (AML) é também o problema do país. Nos pontos seguintes ⁽¹⁾ sugerem-se sete razões para que isto tenha acontecido.

1. A razão principal por que a Área Metropolitana se tornou um problema para Lisboa é, em primeiro lugar, o seu perfil de *especialização* produtiva, isto é, as atividades económicas a que dedica os recursos de que dispõe. É esta região uma região industrial qualificada, no sentido contemporâneo do termo? Não, não é. É ela, então, um território de serviços muito qualificados, quer pela escala, quer pelo conteúdo tecnológico, de conhecimento e de criação de valor? Só muito parcialmente o é. Localizam-se aí, é certo, grandes serviços de transporte (o aéreo, por exemplo), a grande administração pública ou algumas empresas tecnológicas. Mas outras regiões do país mostram melhor desempenho neste último campo. O que marca então a AML, se ela é a grande responsável pela desindustrialização do país e se a indústria não contribui para o valor aí criado em mais de 10% (contra 37% no Centro, 33% no Norte e

(1) Os argumentos e a informação estatística que aqui se usam são os do capítulo «A economia política da Área Metropolitana de Lisboa: uma metropolização num país fragilizado», de que sou autor, publicado no livro do Observatório sobre Crises e Alternativas *A Segunda Crise de Lisboa: uma metrópole fragilizada*, coordenado por Ana Drago, Actual, 2022.

José Reis. Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Sociais.

24% no Alentejo)? Metade do emprego na AML está nas atividades administrativas, no comércio e no alojamento. Mas estes setores só contribuem com 36% para o VAB regional: a capacidade organizacional e de criação de valor das atividades dominantes não é, portanto, elevada. Pelo contrário, é significativo o peso das atividades «banais», sem prejuízo da sua combinação com as que habitualmente diferenciam uma região-capital.

2. Este tipo de economia é «faminta» de mão-de-obra. Não necessariamente para qualificar o trabalho, o inserir em quadros económicos avançados e para o remunerar bem, mas para, de forma desproporcionada, o usar extensivamente como recurso barato, de cuja reprodução cuida pouco. E, por isso, Lisboa está no epicentro de um «*inchaço*» *demográfico*, fenómeno muito visível na sua «coroa» periférica. Num país em estagnação demográfica, é aqui que, em taxa e em volume, se regista um grande afluxo demográfico, que, entretanto, é enviado para a periferia da AML. Se houvesse planeamento, um tema destes devia ser visto em conjunto com a regressão demográfica de muitas cidades médias deste país e devia ser um assunto de interesse de todos, tal como a periferação da metrópole. Mas não o têm sido.

3. A região de Lisboa é profundamente dependente do exterior. É-o, desde logo, na balança comercial de bens. Em 2019, a taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens era de 45%, contra 79% no país. Ao contrário, o Norte e o Centro tinham uma balança comercial externa de bens excedentária: aquela taxa de cobertura era, respetivamente, de 128% e 115%. Em termos absolutos, o saldo negativo da balança comercial de bens de Lisboa excede o do país. A procura externa que chega a Lisboa é outra, como bem se sabe. E aí entram duas coisas que marcam a cidade nas suas diferentes dimensões: a que resulta da sua proclamada condição de grande destino turístico do país e a que mostra como a mercadorização do imobiliário está a ser intensa e sujeita a procura externa, com fortes consequências para quem vive na cidade (gentrificação, pressão turística, custos da habitação, para não ir mais longe).

4. Apesar da presença tão intensa de recursos e de sua condição de cidade-capital e região mais desenvolvida, Lisboa não é uma região que «empurre» o país e em que a produtividade floresça. Em termos macroeconómicos, pode dizer-se que foi para aqui que se deslocou o centro de gravidade da mais radical transformação ocorrida entre nós em democracia: a integração na União Económica e Monetária. E, de forma passageira, Lisboa beneficiou disso.

Na primeira década de 2000, o PIB da AML cresceu significativamente acima da média do Continente, aumentando 4,9%, para uma média de 2,6% (o *ratio* entre os dois valores é de 1,8, ou seja, quase o dobro). Mas esta mudança, como sabemos hoje, não foi para que se consolidasse uma trajetória sólida. No período seguinte (2011-2019), o quadro inverteu-se: o crescimento do produto da AML foi de 8,6% e o do Continente de 13,7% (apenas 0,6 da evolução do país, portanto). A região lisboeta passou, por isso, a representar 37,7% da criação anual de riqueza, quando no início do século era 38,5% e em 2011 39,6%.

5. Obviamente, o lugar da região de Lisboa no país é um lugar destacado. Mas é sólido? Para ampliar a análise, vale a pena observar um indicador do acesso ao bem-estar da população: o poder de compra *per capita*. É claro que a população que se concentra na AML dispõe, em termos médios, de mais rendimentos e de mais recursos do que a do resto do país: mais de 30% acima da média em 2001 e 24% em 2017. É, no nosso contexto, uma região «rica», que se destaca de todos os outros territórios, mesmo da Área Metropolitana do Porto e do Algarve, os únicos que se colocam na proximidade da média nacional. No entanto, o que merece particular atenção é o *decréscimo*, pois é mesmo a única NUTS III em que a relação deste indicador com a média nacional diminuiu entre 2011 e 2017. É de supor que isto decorra de uma evolução não positiva da vida material na região e, porventura, de uma acentuada desigualdade. Os dados que analiso a seguir apontam para isso.

6. Em termos globais, a AML contribui para a criação anual de valor do Continente numa proporção mais elevada do que aquela com que contribui para o emprego (37,7% e 28,5%, respetivamente, em 2019). Tem, portanto, uma estrutura produtiva positivamente diferenciada: a sua produtividade é superior à do país, 24% acima da média do Continente em 2019, quando em 2011 a diferença era de 32%. Os diferenciais positivos da produtividade regional estão na indústria, na energia, no comércio, nos transportes, na informação e comunicação e nas atividades imobiliárias (não é preciso relembrar as empresas deste conjunto de atividades que aqui se localizam e cujo mercado é o país; a famosa questão dos bens e serviços «não transacionáveis», isto é, beneficiários de mercados protegidos, passa por aqui). Na verdade, nenhum outro espaço se compara à região da capital. A própria condição geral da economia nacional é absolutamente determinada por ela. Apesar disso, ao longo desta década a produtividade na AML *decreceu*, facto a que não é alheia a evolução, antes analisada, da sua especialização. Isto significa que o cenário em que a região mais desenvolvida «puxasse» pelo país não se verifica; passa-se o contrário.

Ao longo da última década, houve *uma variação negativa da produtividade das empresas da AML, enquanto no país ela aumentou mais de 5%*, coisa que se verificou de forma generalizada nas diversas regiões (NUTS II e III).

7. Finalmente, olhemos para as remunerações médias mensais por trabalhadores: a posição de Lisboa, largamente superior, coloca praticamente todas as NUTS III do Continente abaixo da média nacional, mas apenas quatro delas passaram, em 2018, para um patamar *inferior* ao que ocupavam em 2011, entre elas a AML e o Algarve. Se a perspetiva for agora a das NUTS II, então o Norte e o Centro aproximam-se da média, enquanto a AML, o Alentejo e o Algarve se afastam. E se também é certo que esta é a região que apresenta maior distância entre o salário médio e o salário mínimo, é ainda aqui que se repete a *redução* desta distância ao longo do período 2011-2018. É certo que não está sozinha: aconteceu isso em quase todas as regiões do país. No entanto, em termos percentuais a AML reduz tanto quanto o Continente e tem à sua frente onze NUTS II e III em que essa compressão salarial foi menor.

Aparentemente, esta pequena nota é sobre números. Mas, na verdade, eles foram usados apenas como apoio para uma leitura que pretende ser, essencialmente, uma leitura de economia política. Ela procura encontrar uma interpretação para um dos factos territoriais mais significativos da evolução recente do país: o «inchaço» da AML na sua periferia, a que se junta a gentrificação e a pressão turística e imobiliária da cidade de Lisboa. Parece estarmos perante um modelo económico bloqueado, que se tornou menos criador de valor e de bem-estar e que remunera pior a mão-de-obra de que abundantemente dispõe. Uma pergunta crucial continua, pois, a ser esta: *como se pode compreender que haja afluxo de população a uma região que cresce demograficamente enquanto muitas das demais registam quebras, e, ao mesmo tempo, esta região diminui a sua parte no PIB e no poder de compra do país? Como pode a sua capacidade para criar valor com o trabalho que usa evoluir menos do que a média, diminuindo o salário médio real?*

Que o problema existe, isso parece claro. O que resta saber é se ele pode ser revertido e transformado em solução. Está em causa um país bem organizado territorialmente e em que a palavra coesão não seja repetida sem significar nada. Uma região-capital é essencial para essa finalidade. Isso significa que ela tenha uma organização que a qualifique a si própria e, ao mesmo tempo, crie efeitos positivos para o conjunto, o qual se deve desejar sempre diferenciado. A busca de um efeito-capitalidade é uma coisa, um país unipolar é outra.